

# Esta palavra socialismo...

## Idéias socialistas no Brasil no final do século XIX

ADALMIR LEONIDIO

*Professor do Departamento de Letras e  
Ciências Sociais da Universidade  
Federal Rural do Rio de Janeiro*

### INTRODUÇÃO

A circulação das idéias socialistas no Brasil, em seus primórdios, abrange dois períodos históricos.<sup>1</sup> Um, que se inicia nos anos quarenta do século XIX, indo até o fim dos anos sessenta. Outro, que vai do início dos anos setenta até mais ou menos o início do século XX. O primeiro período marca o contato inicial do ideário socialista com o meio cultural brasileiro: sua recepção, sua tentativa de difusão, etc. Mas o fundamental a dizer é que não chegou a se formar, por esta época, uma geração de escritores influenciados, de uma forma ou de outra, por estas idéias. As notícias mais remotas que se tem sobre estes primeiros momentos reportam-se, por um lado, à chegada do engenheiro francês Vauthier ao Recife, em 1840 e, por outro, à presença do médico francês Benoit Mure no Rio de Janeiro, em 1841, bem como suas tentativas de fundar um falanstério em Santa Catarina. Foi praticamente em torno destes dois nomes que outros se vieram juntar, como os dos pernambucanos Antônio Pedro de Figueiredo e Ignácio de Abreu e Lima. Nunca, entretanto, chegaram a representar um grupo coeso, em luta por certas idéias. O que permaneceu como marca indelével destes pensadores é certo fascínio pela palavra.

Não só nesta fase, mas também até o fim do século XIX, os livros e panfletos eram raros no Brasil, com exceção daqueles poucos que vinham de fora, em geral de autores franceses ou portugueses. Mais freqüente, foi a difusão das idéias socialistas através da imprensa. Igualmente raras eram as traduções. Por vezes apareciam algumas que eram distribuídas em capítulos ao longo dos diversos números dos jornais. Quase sempre elas eram descontínuas e, às vezes, interrompidas em definitivo. O que se fazia comumente era resumir em suas páginas as idéias do autor lido. Com isso, era muito comum propagar-se uma visão deformada do autor e da obra. Mas, deixando de lado, por hora, o problema da apropriação das idéias e sua resemantização em ambiente cultural diverso, o que nos interessa neste artigo é responder a uma questão muito específica: o que designava a palavra socialismo no Brasil no final do século XIX? O que era ser socialista?

#### A POLISSEMIA DO TERMO

A partir dos anos setenta, são introduzidos novos elementos no discurso socialista no Brasil, que insinuam sua aproximação com o socialismo moderno. Assim, aparecem termos como “classe operária”, “partido operário”, “partido socialista”, etc., e também os nomes de Marx, Engels, Kautsky, entre outros, são citados.<sup>2</sup> Mas veremos que o que predomina são ainda as idéias do socialismo utópico, profundamente marcadas pelo positivismo de Auguste Comte, já então firmemente arraigado na cultura brasileira<sup>3</sup>.

Antes de tudo, o sentido mais geral com que era empregada a palavra socialismo, nos diversos discursos e ao qual estava associada a idéia de ser socialista era o de ter “preocupações sociais”.<sup>4</sup> E quem as tinha, quase sempre nutria um mesmo desejo: ver realizadas as “reformas sociais”. O *Grande Dicionário Português* definia socialismo, em 1871, como aquele “sistema que oferece um plano de reformas sociais”.<sup>5</sup> Apelando para este mesmo sentido geral, José Veríssimo, já no século XX, iria mostrar como aquela palavra mágica era capaz de assimilar, na cabeça dos “empolgados intelectuais brasileiros”, não só os socialistas de correntes e tendências as mais distintas, como também os mestres do cientismo no Brasil:

Saint-Simon, Augusto Comte, Fourier, H. Spencer, Karl Marx, Lassalle, Bakunin, Tolstói, Ruskin e os seus discípulos (...) há entre todos um ponto em comum: a condenação da sociedade atual ou pelo menos a convicção da necessidade de reformá-la.<sup>6</sup>

Fica claro, então, que o socialismo no Brasil não se constituiu em correntes bem definidas, mas em uma sorte de influência difusa, marcada sobretudo por autores do chamado socialismo utópico, por sua vez muito influenciados pelo positivismo. Ser socialista, pregar reformas sociais, sobretudo a partir do fim dos anos setenta, passava quase obrigatoriamente pela defesa do fim da escravidão, ainda que na prática se rejeitasse qualquer tipo de radicalismo. Atitude esta que não está muito distante daqueles que defendiam as idéias do socialismo utópico no período anterior, embora o silêncio neste caso fosse bem maior. Quanto aos positivistas, embora quase todos concordassem com o fim da escravidão, sobretudo porque já era bastante visível o seu processo de definhamento, havia sempre ressalvas a serem feitas<sup>7</sup>. O mesmo se passava com os que se autointitulavam socialistas. Assim, por exemplo, o jornal carioca *O Socialista*, órgão do “Clube Socialista”, dirigido por Villegaignon, Francfort e Leterre, diria, em 1878: “Como socialistas queremos já a extinção do escravo, porém desejamos o patrocínio do governo sobre a lavoura”.<sup>8</sup> No mesmo tom afirmaria, alguns anos mais tarde, o jornal *Echo Popular*, também do Rio de Janeiro. Primeiro, ele declara aquilo que parecia já irreversível aos olhos de todos: “O sol da abolição parece que em breve refletirá seus raios pelo vasto solo brasileiro”. Mas, pouco a seguir, revela o seu maior receio, fantasma que vinha assolando os espíritos dos mais “radicais” abolicionistas do império brasileiro, isto é, a falência da economia nacional, ainda agro-exportadora: “No dia em que o Brasil tiver de quebrar os grilhões do escravo, verá a lavoura entregue ao abandono e à miséria”. Temia-se, ainda, uma possível revolta de escravos, bem como uma desordem civil generalizada. Era preciso, para evitar tais circunstâncias, medidas que buscassem, lentamente, acostumar o escravo ao trabalho livre, mostrando-lhe o lugar que lhe caberia na “nova” ordem social:

É necessário que os abolicionistas se apresentem prontos, não para as lutas da revolução, mas para arrostar com a indiferença de uns, com o desânimo de outros e com o ódio dos reacionários. Ao ministério compete tomar medidas que garan-

tam a ordem e a tranqüilidade pública. O governo que instrua os escravos nos deveres de homens livres e, libertando-os por um decreto, apresente-os aptos para a lavoura e úteis à pátria.<sup>9</sup>

Havia no ar um misto de entusiasmo e receio, sendo que quase sempre os receosos eram os que mais próximos da realidade estavam. Ao contrário, os entusiastas, a qualquer preço, moviam-se num cenário quase sempre muito fantasioso. Acreditava-se que com um simples decreto, e da noite para o dia, tal como o “sol que devassa a escuridão”, nas palavras do jornal *Echo Popular*, os ex-escravos seriam todos transformados em “conscientes” e “úteis cidadãos” brasileiros. E logo após a abolição, tal entusiasmo continuaria como uma das notas principais entre os que defendiam a resolução da grave “questão social” no país. Alguns meses após maio de 1888, os tipógrafos Luiz da França e Silva e Júlio Ladislau, diretores da *Revista Tipográfica*, diriam:

Desde treze de maio a esta parte tudo move-se no sentido de robustecer-se e aperfeiçoar-se. Parece ter sido um novo sol de colossal grandeza, de chofre aparecido no nosso sistema planetário ou um novo Messias falando aos povos da Galiléia.<sup>10</sup>

A abolição, apesar do que representou para a liberdade do negro, foi um processo histórico que teve como pano de fundo interesses políticos e econômicos que nada representavam para os escravos. E mesmo os abolicionistas mais bem intencionados não puderam ser seus porta-vozes válidos. O que aconteceu após maio de 1888, foi que os libertos tiveram que optar, em sua quase totalidade, entre a reabsorção no sistema de produção, em condições substancialmente análogas às anteriores, e a degradação de sua situação econômica e social, ao compor a massa dos excluídos na cidade.<sup>11</sup> Esta situação explica porque, apesar de toda generosidade e clamor humanitário, nenhuma medida concreta viesse a ser tomada no sentido de sua proteção para o ingresso no mercado de trabalho. Perdendo sua importância como propriedade, eles também perderam todo e qualquer interesse para a sociedade em geral, sendo então largados à sua própria sorte. Mas apesar de todos os visíveis problemas enfrentados pelos negros na rígida hierarquia social brasileira de então, os entusiasmos românticos em torno da abolição não cessariam em 1888. Assim, em 1903, o jornal carioca *Brazil Operário*,

dirigido por Elisário Freire e Antonio Melgaço, diria a respeito da “emancipação do homem de cor”:

Não temos ainda no socialismo brasileiro data mais digna e tradicional que a de hoje, pela qual, há quinze anos passados, em 1888, sufragando-se no nosso solo o direito igualitário do homem de cor, atestou a pátria brasileira ao mundo civilizado que, expurgando esta nódoa indelével, no seu seio implantada desde os tempos coloniais, vinha de insurgir-se dignamente contra o carrancismo intollerante de velhas e carcomidas organizações sociais, o qual, inevitavelmente, viria quebrar-se de encontro às sucedâneas eras evolucionistas da civilização moderna, nivelando-nos, sem dúvida, aos povos do velho mundo.<sup>12</sup>

A escravidão havia sido abolida, mas faltava ainda à forma aparente da sociedade brasileira um importante ingrediente de modernidade, a república. A partir de 13 de maio de 1888, e de maneira cada vez mais crescente, a “questão social” passa a ser também uma “questão política”. Parcela considerável daqueles que eram contra a escravidão, também eram contra o Império. Neste sentido, socialismo é não apenas associado a republicanismo, como também passa a ser sinônimo de “verdadeira democracia” ou “pura democracia”, conforme se dizia na época. Mas, esta associação vinha de mais longe e passou a crescer quase que paralelamente ao movimento republicano e abolicionista. Em 1879, Vicente de Souza buscou traçar o perfil daquilo que estaria no discurso de quase todos os apóstolos das idéias socialistas no Brasil, isto é, a idéia de uma “república social”, primeiro passo na evolução para o socialismo:

A vitória é nossa, porque somos a razão que é a verdade, que é o futuro; somos o futuro que é a luz; luz que é a redenção predita por esse mártir de tantos séculos e de tantos tiranos e que, em uma palavra, chama-se a democracia prática, que amanhã, vestida com os troféus refulgentes da última vitória contra o mal, chamar-se-á o socialismo.<sup>13</sup>

Portanto, uma outra marca importante das idéias do socialismo no Brasil é que elas nunca chegaram a incorporar o discurso anti-liberal do socialismo moderno. Ao contrário, incorporaram muito da linguagem dos “direitos sociais” utilizada pelos socialistas utópicos que lutaram por uma “república social” na França, em 1848<sup>14</sup>. O jornal *O Futuro*, que circulou entre 1872 e

1873 no Rio de Janeiro e era dirigido por Ferro Cardoso, Octaviano Hudson, Pedro Américo e Machado de Castro, faz apologia de Robert Owen, publica em capítulos *O livro do povo*, de Lamennais e afirmar que, apesar de “socialista”, não é “incendiário”, mas ao contrário defensor da “pura democracia”. Além disso, rasga-se em elogios aos conhecidos republicanos brasileiros Porto Alegre e Saldanha Marinho, por suas atitudes em favor do progresso e do trabalho, indicando-os como os nomes preferidos entre os operários a candidatos à “vereança”.<sup>15</sup>

Também o jornal *O Socialista* indicaria “para deputado”, alguns anos mais tarde, o jornalista Saldanha Marinho. Em seu discurso, a linguagem é muito próxima à dos liberais. Fala-se na luta contra a “tirania”, isto é, o Império, e pela “liberdade” e o “direito”. Assim, não se luta contra a propriedade, mas, tal como os socialistas utópicos de 1848, pretende-se vê-la generalizada entre o maior número de pessoas possível, sem se discutir como isso seria feito num país onde a economia estava quase que inteiramente assentada na agroexportação e a propriedade territorial encontrava-se controlada por um punhado de poderosos senhores rurais. Acreditava-se que com o fim do “direito de herança”, que não passava, segundo eles, da negação do “direito ao trabalho”, a terra automaticamente se dispersaria pelo vasto país. Senão vejamos, nas próprias palavras do jornal: “A doutrina socialista quer a verdadeira aplicação da propriedade por todas as classes de um Estado, extendendo-se aos povos”. Assim é que, apesar de ecoar notícias da Internacional e do socialismo alemão, jamais foi capaz de pensar a crítica que o socialismo moderno vinha fazendo ao liberalismo:

A doutrina socialista quer a realização e a realidade dos bons princípios da economia política: divisão do trabalho, utilização do trabalho. A doutrina socialista quer pois o bem particular resultante do bem geral; quer o bem-estar de cada um provindo do bem-estar de todos.<sup>16</sup>

Retoma-se Rousseau e Saint-Simon, aqui encarados como os fundadores daquilo que se pensava ser os dois mais importantes princípios do socialismo, a negação da “desigualdade social” e da “herança”, embora de pleno acordo com a propriedade privada:

Rousseau, fundamentando no seu Contrato social a doutrina socialista, resumiu-a em uma proposição: todo o homem tem direito a tudo que lhe é necessário; Saint-Simon, afirmando a verdade da grande doutrina filosófica, afirma: a cada um segundo sua capacidade; e cada capacidade segundo suas obras.<sup>17</sup>

Para estes homens, isto era ser radical no Brasil. “O socialista é reformador radical dos costumes”, diria o jornal *O Socialista* a respeito do que ele acreditava ser “o evangelho socialista”.<sup>18</sup> Em 1882, o periódico do Rio de Janeiro *A Revolução*, “órgão realista, republicano, livre pensador e socialista”, proclamaria a sua intenção “revolucionária” de fazer valer os “direitos operários, que não podem ser barateados sem que também se barateie a dignidade da sociedade em geral”.<sup>19</sup> No mesmo ano, *O Socialista*, da Bahia, que também trazia estampada em suas páginas uma publicação em capítulos da obra *Palavras de um crente*, de Lamennais, endossaria este ideal vagamente defensor dos “direitos do povo”. É de se notar o tom religioso e moralista do discurso, bem ao gosto do socialista utópico francês. Quem assina é Pedro Ivo, nome importante entre os defensores das idéias do socialismo utópico em Pernambuco, durante os anos da Rebelião Praieira de 1848.

Nós não podíamos deixar de envidar o nosso concurso para a solidificação de uma idéia generosa, idéia divina, sublime, que há mil e oitocentos anos Cristo encarnou na humanidade – a liberdade, a democracia. Educados nas teorias da grande revolução de 1789, nós aprendemos a bater-nos pela república, a conquistar palmo a palmo os direitos do povo e plantar a igualdade de todos, a fazer de súditos cidadãos.<sup>20</sup>

Neste sentido, a palavra “socialismo” era intencionalmente distinguida de “comunismo”. Ser revolucionário ou socialista era defender os ideais vagos de reforma social incorporados à retórica dos utópicos franceses de 1848, mas sem apelar para qualquer transformação da estrutura social e, sobretudo, sem recorrer à violência e à participação das massas populares. Fazer o contrário, era ser “comunista”. Senão vejamos: “Nós somos revolucionários, somos socialistas; somos revolucionários pelas mesmas idéias que o mártir do Golgota o foi”. E mais adiante diria: “Não é nenhum petroleiro, incendiário, ou comunista que vos dirige a palavra do alto posto a que subiu”.<sup>21</sup> Daí que a palavra socialismo fosse também, e bastante tardiamente,

tomada como sinônimo de “societarista”, no sentido da defesa de uma ordem “societária”, tal como queria Fourier.<sup>22</sup>

A esta altura, mas sobretudo depois da abolição e da proclamação da república, a “questão social” passava a ser identificada cada vez mais com a “questão operária” ou “questão do trabalho”, termos muito usados nos jornais que, quase sempre, eram batizados com a palavra “operário” ou mesmo “trabalho”, numa referência explícita a um de seus pontos privilegiados: o “direito ao trabalho”. Um exemplo bastante claro disto dá-nos o jornal carioca *Gazeta Operária*, dirigido por Mariano Garcia: “O operariado incorpora a questão do pauperismo; por sua vez a questão operária que, conectada com a do pauperismo é uma questão de estômago, cresce, avulta”.<sup>23</sup>

Numa primeira abordagem, isto parece uma grande novidade em relação às idéias do socialismo utópico que se defendia anteriormente, uma vez que a expressão “classe operária” ainda não havia sido usada até a década de setenta, mas apenas a palavra mais geral “povo”. A novidade, na verdade, foi introduzida ainda em fins dos anos sessenta, mais precisamente em 1868, pelo jornal carioca *O Trabalho*, embora ela seja aqui, como aconteceria também com os demais jornais daí por diante, associada à palavra “povo”: “É para lamentar que não tenham ainda as classes operárias um representante na imprensa (...) Vamos, pois, escrever uma folha verdadeiramente para o povo”. Outro termo usado e muito comum na época, era “população”, para se referir a esta parte do “gênero humano que sofre na miséria”.<sup>24</sup> O jornal *O Socialista* usa ainda outro termo muito comum, “párias sociais”, como sinônimo de “operários”. Isto é, a expressão “classe operária” já havia chegado ao Brasil, mas não o sentido a ela empregado pelo socialismo moderno, da mesma forma como já haviam chegado notícias sobre a Associação Internacional dos Trabalhadores.

Outro sentido que era então atribuído à palavra socialismo era o de representante do povo. Assim, o jornal *O Proletário*, que circulou no Rio de Janeiro durante o ano de 1877, tinha como legenda “órgão dedicado aos interesses do povo”. Eram confundidas as palavras “partido operário” e “partido socialista”, mas no sentido geral de todos aqueles que tomavam para si o encargo de falar em nome do povo e das questões sociais, e não no sentido moderno da palavra, isto é, de partido político de classe. Tudo que se referia ao operário, às associações de classe ou beneficentes, ou ao trabalho operário recebia a designação de “socialista”. Por exemplo, as “bolsas do

trabalho” eram também “bolsas socialistas”. Esta idéia, que teve origem com os homens da geração de 1848 na França, juntamente com a do “banco do povo”, foi muito difundida no Brasil a partir da década de setenta. O jornal carioca *O Mensageiro*, de propriedade da “Associação Bolsa do Trabalho” e dirigido por Aristides Silva, felicitava, em 1899, a fundação da “Bolsa Socialista Americana”, sua congênere.<sup>25</sup> Da mesma forma, a “Sociedade Franzini”, proprietária do jornal *Trabalho e Direito*, também do Rio de Janeiro, e que se auto-intitulava “sociedade filantrópica” ou “benficiente”, fazia, em 1891, um “convite socialista” aos seus “sócios protetores” para se reunirem em sua sede.<sup>26</sup>

Daí também que tudo que reivindicasse para si um certo teor “humanitário” se dissesse socialista. O jornal *Gazeta Operária* informa, em 1906, sobre a realização de um “Congresso Humanista”, organizado pelo “ilustrado socialista Joel de Oliveira”. “Este congresso”, acrescenta, “foi uma reunião de intelectuais, para estudar em pontos primordiais de doutrinas e como tal deve merecer o apoio de todos os homens que se dedicam ao estudo da questão social”.<sup>27</sup> Alguns anos antes, em 1890, o jornal carioca *Echo Popular*, órgão daqueles que chamaram para si a tarefa de organizar um “partido operário”, dirigido por Luiz da França e Silva e Carlos Alberto de Moraes, lançava em suas páginas o lema comtiano “Viver para a humanidade”. Neste artigo, exorta-se os seus redatores e leitores a devotarem suas vidas “ao bem-estar e ao aperfeiçoamento da família humana”.<sup>28</sup>

É neste sentido que as ditas “sociedades secretas”, que no Brasil assumiram a feição mais clara de sociedades filantrópicas, também reivindicavam para si o título de “socialistas”. Entre maçons, o fenômeno devia ser de grande magnitude. É o que se vê, por exemplo, quando, em 1903, Estevam Estrela, de São Paulo, também redator do jornal carioca *Gazeta Operária*, escreveu uma carta para os socialistas portugueses João de Meneses, Heliodoro Salgado, José de Macedo, Teodoro Ribeiro e Angelina Vidal, na qual constam cinco perguntas, a fim de esclarecer alguns pontos sobre as características do socialista; e entre estas perguntas estava a seguinte: “A maçonaria pode trazer alguma coisa sobre tal assunto (o socialismo) ou resolver a questão social?”<sup>29</sup> A escolha destes nomes não é fortuita. Muitos socialistas portugueses, além de positivistas, eram ao mesmo tempo maçons e carbonários.<sup>30</sup> A questão também estava presente no jornal carioca *Carbonário*, que circulou entre 1881 e 1890, e falava de seus anseios de “confraternização humana” e

da necessidade de um “nivelamento das classes” no Brasil. E, pouco depois da abolição, clamava: “Nós pedimos para os operários nacionais – o povo – pão e justiça”.<sup>31</sup>

Os termos “confraternização humana” e “nivelamento das classes” encerram em si o conteúdo mais importante daquele “socialismo” que iria tomar para si o “partido” do operário, isto é, a “organização do trabalho”, que era entendida simultaneamente como a “organização do trabalhador”. A princípio, é possível entender os apelos da imprensa neste sentido como um esforço para organizar o incipiente operariado urbano como “partido de classe”. Apesar da influência marcante das idéias do socialismo utópico, é certo que aqui também ecoavam notícias da marcha ascendente da social-democracia alemã. E eram até relativamente frequentes as notícias sobre os resultados eleitorais na Alemanha. E é isto o que sugere uma primeira leitura de um jornal como *O Trabalho*, fundado em 1879, no Rio de Janeiro, e que esteve à frente da recém-fundada Liga Operária. “As classes laboriosas têm a obrigação de se constituírem elemento de resistência, prevalecendo-se de suas próprias forças. E estas provêm de sua união geral, da organização do trabalho”.<sup>32</sup> Por sua vez, o jornal *Brazil Operário* diria, em 1903, que a “monumental questão da emancipação do proletariado depende unicamente de uma organização coletiva bem constituída e orientada”, sem a qual seria impossível “sua incorporação na sociedade moderna”.<sup>33</sup> Vê-se bem que os termos “emancipação” e “incorporação” são aqui assimilados um ao outro. Assim, o que se desejava era convencer não apenas o operário, mas também as demais classes da sociedade, de que ele era um “órgão” importante deste “grande organismo” e, como tal, tinha sua função a cumprir:

Dir-se-á que os homens destinados às profissões manuais são organismos de pulsilanimidade, que são naturezas incompletas destinadas a permanecerem na abjeção, parecendo os órgãos ínfimos do corpo social.<sup>34</sup>

Em 1885, o jornal carioca *Gazeta Operária*<sup>35</sup> enfatizaria a mesma idéia, mas de maneira ainda mais elucidativa. Começa acentuando o “fato” de que todos os “corpos orgânicos” são compostos de “partes dessemelhantes”, mas todas ligadas entre si e com uma “missão especial”, isto é, realizar a “lei da harmonia universal”. Tal como o havia concebido Comte, esta era a natureza e a justificativa da divisão social do trabalho: “O cérebro precisa do

braço como o braço precisa do cérebro: um concebe, o outro executa o pensamento”. Assim, o operário precisaria “do médico, do juriconsulto, do engenheiro”, como estes precisariam do operário.<sup>36</sup> O jornal carioca *Voz do Povo*, fundado em 1890 por José F. Veiga e José Velloso, iria ainda mais longe nesta concepção cientificista e hierárquica da sociedade. Em um artigo intitulado, de maneira muito sugestiva, “Ordem e progresso”, ele sintetiza a questão, repetindo, ao mesmo tempo, um credo saint-simoniano: “Os artistas, os industriais e os homens de ciência são os agentes primordiais da sociedade moderna”. Mas isto, é claro, desde que cada um se mantivesse em seus respectivos lugares. Uma missão especial caberia então aos “homens de ciência”, isto é, aos “socialistas”: servir de fator de união, de concórdia entre todas as classes, tirando o operariado de seu estado patológico e elevando-o às suas “funções normais”.<sup>37</sup> E foi precisamente neste sentido que o termo “socialismo científico” foi introduzido na ampla polissemia do termo “socialismo” no Brasil. Em 1902, o jornal *Gazeta Operária* sintetizaria bem a questão: “Para levantá-lo (o operário) do estado comatoso em que o colocara, só há um antídoto eficaz – dar-lhe fortes doses de injeções do socialismo científico”.<sup>38</sup>

Assim, um outro sentido em que o termo socialismo era largamente empregado era o de “ciência social”, isto é, aquela ciência especial que tinha por missão resolver a “questão social”, incorporando o proletário à sociedade moderna. O jornal carioca *O Artista*, dirigido pelos engenheiros Fernando Luiz Ferreira e Miguel Vieira Ferreira, falava, em 1870, em “expôr as noções das ciências sociais, tão ignoradas pelo povo brasileiro”.<sup>39</sup> Em 1879, o jornal *O Trabalho*, também do Rio de Janeiro, dizia ser necessário “fazer a aplicação racional dos princípios de sociologia positiva”.<sup>40</sup> Em suas páginas, assim como nas de vários outros jornais que não reivindicavam para si o título de socialista, mas que se abriam aos homens preocupados com a propalada “questão social”, como por exemplo *O Paiz* e a *Gazeta de Notícias*, havia sempre uma seção intitulada “Estudos Sociais”, quase sempre com artigos dirigidos à “classe operária” ou ao “povo”.<sup>41</sup> O jornal *Echo Popular*, em 1890, usava outro termo muito difundido, mas com significado análogo, “idéia nova”, como haviam sido chamadas também as idéias positivistas no início dos anos setenta.<sup>42</sup> Ainda no mesmo ano, o jornal falava que a iniciativa da formulação do “problema social” cabia aos “pensadores da vida pública” e cujos exemplos mais dignos de nota poderiam ser reportados à França: “Saint-

Simon, Augusto Comte, Fourier e Proudhon". Aos dois primeiros apontava o defeito de terem sido demasiado autoritários, o que não teria acontecido aos dois últimos.<sup>43</sup> O jornal *Echo Operário*, do Rio Grande do Sul, dizia que o socialismo era a "ciência dos princípios gerais da justiça e do direito, aplicada às sociedades humanas", na mesma medida em que falava da desigualdade como um "problema sociológico", a ser resolvido pela aplicação das "leis naturais" à sociedade.<sup>44</sup> Um dos artigos mais sistemáticos que foi possível encontrar nas páginas dos jornais existentes tinha por título "O socialismo e as escolas socialistas". Nele percebe-se o mesmo e primordial sentido que viemos apontando até aqui e que revela bem este misto de influência do socialismo utópico e do positivismo: "Tomamos aqui o nome socialismo como os economistas em geral o fazem, no sentido neutro e científico de denominação comum dos sistemas societários, propostos por um certo número de reformadores da sociedade".<sup>45</sup>

Isto explica, em parte, porque, apesar de no início do século XX já serem conhecidas as correntes do socialismo moderno no Brasil, elas nunca tomaram força. Num tom religioso, Marx era chamado de "o primeiro pontífice do socialismo científico" e seu livro *O Capital* de "evangelho revolucionário".<sup>46</sup> Da mesma forma, a sociedade socialista futura, que todos acreditavam ser possível alcançar, era chamada de "terra da promessa", de "Canaã", onde enfim se tornaria realidade uma perfeita "comunidade de bens".<sup>47</sup> O "socialismo científico" era tido também como o "socialismo puro", o único capaz de trazer à sociedade o "trabalho", a "paz" e a "confraternização das classes".<sup>48</sup> A noção de socialismo científico é vaga e não se explicita por oposição a outra noção, como no caso do livro *Socialismo utópico e socialismo científico*, de Engels. Mas um artigo bem humorado de um redator anônimo e que tinha por título "Socialismo *sui generis*" trazia uma lista de significados possíveis, o que dá bem a dimensão do uso até certo ponto indiscriminado do termo no Brasil. Havia então: "socialistas por vaidades", "socialistas por meio de vida", "socialistas para não trabalharem", "socialistas para não votar em eleições", "socialistas inimigos de constituir família", "socialistas que seduzem as famílias dos amigos", "socialistas que não pensam na questão social", "socialistas que em todo o mundo ninguém conhece o socialismo senão eles", "socialistas que só o que eles fazem está direito", "socialistas só quando estão embriagados" e "socialistas só para explorar os operários sinceros nas associações".<sup>49</sup>

Seja como for, fica a idéia de que cabia a este “socialismo” uma missão salvadora dos oprimidos. É significativo os títulos que recebiam os jornais da época: *Voz do Operário*, *Voz do Povo*, *Echo Operário*, *Echo Popular*, etc. Portanto, acreditava-se, a imprensa seria o grande veículo de uma “revolução de idéias”, conforme atestava o jornal *O Republicano*, do Rio de Janeiro, em 1879. Também era muito freqüente o uso do termo “livro do povo”, inspirado em Lamennais, para designar o papel da imprensa socialista entre “os que sofrem”. Assim resumiria então a questão, em 1903, o jornal *Brazil Operário*:

Não será por intermédio da violência, da revolução sangrenta que se realizará e reorganizará a sociedade segundo os ditames da lei universal e sim pela evolução gradual, pacífica e pela doutrinação do socialismo puro.<sup>50</sup>

Doutrinação esta que tinha por meta principal “organizar o trabalho” no Brasil.

Esta “nobre missão”, como era encarada, de dar uma forma a esta massa amorfa de homens chamados “trabalhadores”, que no fundo incluía bem mais que a mera classe operária, como viemos acentuando, era também o sonho de ver uma nacionalidade unida e coesa. Portanto, cabe ainda mencionar um último sentido ao qual a palavra socialismo estava atrelada: o concurso à “unidade nacional”, que no Brasil passava não apenas pelo problema de uma homogeneização das classes, mas também por uma homogeneização das raças, uma vez que a incorporação do operário na sociedade moderna era antes de tudo uma incorporação do elemento negro, escravo ou ex-escravo. Assim é que o problema da nacionalidade aparecia como outra faceta importante da “questão social” no Brasil, podendo-se falar, inclusive, em uma “utopia da nação”, no sentido mais largo da realização de uma ordem nacional possível e desejável. A este respeito, é sugestiva a frase extraída do jornal *Brazil Operário* e de autoria de François Seul, muito conhecido no meio jornalístico da época: “O Brasil há de ser a catedral do socialismo em virtude do cruzamento das raças e dos seus recursos naturais”.<sup>51</sup>

## CONCLUSÃO

Através de uma análise do sentido com que era empregado o termo socialismo no Brasil no final do século XIX, buscou-se com este artigo mostrar que as idéias socialistas adquiriram o estatuto de um amálgama indeciso entre progressismo liberal, socialismo utópico e cientismo. A aproximação entre positivistas, republicanos e socialistas, sobretudo a partir da década de setenta, ajudaria a definir algumas das novas bases sobre as quais se pautaria o discurso socialista a respeito da chamada “questão social”: abolição dos escravos, república e organização do trabalho.

Como foi dito, socialismo era noção vaga e ser socialista era defender os ideais de reforma social incorporados à retórica dos utópicos franceses de 1848, mas sem apelar para qualquer transformação da estrutura social e, sobretudo, sem recorrer à violência e à participação das massas populares. No Brasil, a mudança para o regime republicano aparecia como condição prévia, após realizada a abolição, para o triunfo das idéias socialistas. Entre os nomes representativos desta aproximação entre republicanos, positivistas e socialistas utópicos pode-se citar os de Sampaio Ferraz, Vicente de Souza, Evaristo de Moraes e Silva Jardim. Logo após a proclamação da república, o entusiasmo inicial continuaria acirrando os ânimos de quase todos e até atraindo novos simpatizantes para a causa da “república social”. Acreditava-se que com a república uma sociedade mais democrática teria início, com um maior nível de participação das diversas classes na sociedade, com os ex-escravos e os pobres de todos os tipos deixando de ser os “párias sociais” para se tornarem cidadãos. Mas, sobretudo, pensava-se que, uma vez obtidos os direitos civis e políticos para os ex-escravos, um novo tipo de direito teria curso, o “direito ao trabalho”. Mas o desânimo e a desilusão não custou a aparecer, criando em muitos, o reverso da medalha, o pessimismo.

Após a abolição e a proclamação da república, a “questão social” passava a ser identificada cada vez mais com a “questão operária” ou “questão do trabalho”. O trabalho era considerado fator de coesão, ou assimilação entre as classes. De modo que a única oposição concebível era aquela entre “produtores” ou “trabalhadores” – industriais, operários, comerciantes – e “ociosos” ou “parasitas”. Já desde o fim dos anos setenta começara uma campanha contra o trabalho escravo e a favor da adoção do trabalho livre. De modo que esta oposição, agora era muito oportuna, pois era preciso

ênfatisar as idéias que valorizassem o trabalho. Este movimento de valorização era uma novidade em relação ao ambiente mental criado pela escravidão. Mas justamente porque era uma idéia nova no Brasil, ainda afetado pelo ranço conservador do regime patriarcal rural, levaria tempo para amadurecer. Mesmo no sentido mais geral da cidadania, da inclusão social e da participação, este discurso tinha um alcance muito limitado, sobretudo devido à ausência de uma mentalidade propriamente urbana e industrial. Não se concebia o operariado como uma classe homogênea e distinta. Um termo muito comum para se referir a ele era o de “família proletária”, enfatizando justamente o sentido de incorporação, de hierarquia e não de afirmação, de autodeterminação enquanto classe. Daí também que a palavra “patrão” fosse assimilada aos termos “patrono” e protetor”, e que “chefe”, figura típica das oficinas operárias, fosse co-extensivo a líder, cabeça, parte natural do corpo homogêneo que se queria, destinada a comandar todas as outras funções. Assim, embora os “partidos socialistas” falassem em nome dos operários, o seu projeto era para a “*nation travaillante*”, tal como queria Saint-Simon, um sonho de unir, num estilo grandiloqüente, todos os trabalhadores – e aí muitos ex-escravos estariam de fora, uma vez que se viam forçados à vagabundagem –, numa cruzada santa contra os ociosos. Foi grande a contribuição dos positivistas na concepção de um tal projeto. Daí que suas teorias se casassem tão bem e tão pacificamente com as dos adeptos do socialismo utópico no Brasil. E isto se refletiu diretamente na concepção de partido que se tinha na época, na qual raramente se via o operário fora das armadilhas integracionistas e associacionistas, propondo a “comunhão nacional” em prol do trabalho e se utilizando, para justificá-la, de velhas analogias do comtismo, como a comparação do “corpo social” – fusão de todos os elementos heterogêneos – com o “organismo biológico” e sua divisão em funções específicas. Tudo em nome de uma “harmonia social” utopicamente concebida, de uma “ordem social perfeita”, integrando o indivíduo, a família, a pátria, a humanidade.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> LEONIDIO, Adalmir. *Positivismo e utopia: as idéias do socialismo utópico no Brasil na Segunda metade do século XIX*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2003.

<sup>2</sup> Sobre a citação anódina do nome de Marx no Brasil a partir de 1871, ver, por exemplo: MORAES FILHO, Evaristo de. "A proto-história do marxismo no Brasil", in: Reis Filho, Daniel Aarão (org.). *História do marxismo no Brasil*, v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

<sup>3</sup> Sobre a presença marcante do positivismo no meio intelectual brasileiro do final do século XIX ver: PAIM, Antônio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1967.

<sup>4</sup> Ver a este respeito, por exemplo: VERÍSSIMO, José. *O século XIX*. Rio de Janeiro: Typ. da Gazeta de Notícias, 1899.

<sup>5</sup> VIEIRA, Frei Domingos Vieira. *Grande Dicionário Português*, v.5. Porto/Rio de Janeiro: Chardron/A. A. da Cruz Coutinho, 1871.

<sup>6</sup> VERÍSSIMO, José. *Que é literatura?*. Rio de Janeiro: Garnier, 1907, pp. 135-136.

<sup>7</sup> LEONIDIO, Adalmir. "O positivismo e a questão social no Brasil na segunda metade do século XIX: as origens do trabalhismo carioca", *Revista Universidade Rural – Série Ciências Humanas*, v. 25, n. 1-2, 2003, pp. 139-149.

<sup>8</sup> *O Socialista*, Rio de Janeiro, n° 3, 3 de agosto de 1878. Era comum no século XIX, sobretudo em jornais de cunho político, a existência de artigos sem título e indicação do autor. Por isso, a referência aqui resume-se ao título do jornal, local de publicação, número e data.

<sup>9</sup> *Echo Popular*, Rio de Janeiro, 1° de maio de 1884.

<sup>10</sup> *Revista Tipográfica*, Rio de Janeiro, n° 39, 8 de dezembro de 1888.

<sup>11</sup> Ver a este respeito FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978; e VERSIANI, Flávio Rabelo. "Escravos, homens livres e imigrantes: notas sobre a oferta de trabalho para a indústria no período até 1920", in: SILVA, Sérgio Silva e SZMRECSÁNYI, Tomás (orgs.). *A história econômica da Primeira República*. São Paulo: Hucitec, 1996.

<sup>12</sup> *Brazil Operário*, Rio de Janeiro, n° 2, 13 de maio de 1903.

<sup>13</sup> SOUZA, Vicente de. *O Império e a escravidão*. Rio de Janeiro: Garnier, 1879, p. 2.

<sup>14</sup> Sobre o tema ver: AGULHON, Maurice. *1848: o aprendizado da república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

<sup>15</sup> *O Futuro*, Rio de Janeiro, n° 1, 1° de agosto de 1872 e n° 2, 13 de agosto de 1872.

<sup>16</sup> *O Socialista*, Rio de Janeiro, n° 1, 20 de julho de 1878 e n° 3, 3 de agosto de 1878.

<sup>17</sup> *O Socialista*, Rio de Janeiro, n° 7, 31 de agosto de 1878.

<sup>18</sup> *Ibid.*

<sup>19</sup> *A Revolução*, n° 2, 17 de setembro de 1882.

<sup>20</sup> *O Socialista*, Salvador, ano I, n° 1, 21 de julho de 1882.

<sup>21</sup> *Ibid.*

<sup>22</sup> *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, ano I, n° 45, 22 de novembro de 1908.

<sup>23</sup> *Gazeta Operária*, Rio de Janeiro, n° 1, 28 de setembro de 1902.

<sup>24</sup> *O Trabalho*, Rio de Janeiro, ano I, n° 1, 11 de outubro de 1868.

<sup>25</sup> *O Mensageiro*, Rio de Janeiro, n° 2, setembro de 1899.

<sup>26</sup> *Trabalho e Direito*, Rio de Janeiro, n° 13, 28 de novembro de 1891.

<sup>27</sup> *Gazeta Operária*, Rio de Janeiro, 1° de dezembro de 1906.

<sup>28</sup> *Echo Popular*, Rio de Janeiro, n° 9, 27 de março de 1890.

<sup>29</sup> *Gazeta Operária*, Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1903. É preciso notar, como veremos mais adiante, que o termo “resolver” não tem a acepção prática, como a primeira vista pode parecer. Ele é usado no sentido cientificista de resolver uma equação ou problema.

<sup>30</sup> Sobre a relação destes autores com a maçonaria e a Carbonária ver, por exemplo, CATROGA, Fernando. *O republicanismo em Portugal*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1991.

<sup>31</sup> *Carbonário*, Rio de Janeiro, 23 de julho de 1881 e 1° de junho de 1888.

<sup>32</sup> *O Trabalho*, Rio de Janeiro, n° 7, 21 de outubro de 1879.

<sup>33</sup> *Brazil Operário*, Rio de Janeiro, n° 15, segunda quinzena de dezembro de 1903.

<sup>34</sup> *O Trabalho*, Rio de Janeiro, n° 8, 28 de outubro de 1879.

<sup>35</sup> Não confundir aqui com o jornal fundado por Mariano Garcia, em 1902. Esta situação de jornais com o mesmo nome, criados em anos distintos, era muito comum na época.

- <sup>36</sup> *Gazeta Operária*, Rio de Janeiro, n° 7, 7 de fevereiro de 1885.
- <sup>37</sup> *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, n° 3, 8 de janeiro de 1890.
- <sup>38</sup> *Gazeta Operária*, Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1902.
- <sup>39</sup> *O Artista*, Rio de Janeiro, ano III, n° 1, 27 de novembro de 1870.
- <sup>40</sup> *O Trabalho*, Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1879.
- <sup>41</sup> *O Trabalho*, Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1879.
- <sup>42</sup> *Echo Popular*, Rio de Janeiro, n° 1, 6 de março de 1890.
- <sup>43</sup> *Echo Popular*, Rio de Janeiro, n° 8, 25 de março de 1890.
- <sup>44</sup> *Echo Operário*, Rio Grande do Sul, 15 de junho de 1901.
- <sup>45</sup> *Gazeta Operária*, Rio de Janeiro, n° 5, 26 de outubro de 1902.
- <sup>46</sup> *Gazeta Operária*, Rio de Janeiro, n° 2, 5 de outubro de 1902.
- <sup>47</sup> *Gazeta Operária*, Rio de Janeiro, n° 7, 9 de novembro de 1902.
- <sup>48</sup> *Brazil Operário*, Rio de Janeiro, n° 11, 1ª quinzena de 1903.
- <sup>49</sup> *Gazeta Operária*, Rio de Janeiro, n° 10, 30 de novembro de 1902.
- <sup>50</sup> *Brazil Operário*, Rio de Janeiro, n° 3, 1º de junho de 1903.
- <sup>51</sup> Cf. *Brazil Operário*, Rio de Janeiro, n° 3, 1º de junho de 1903.

**RESUMO:** Por meio de uma análise do sentido variado que a palavra socialismo assumiu no Brasil no final do século XIX, este artigo busca ressaltar o estatuto das idéias socialistas no período: um misto de progressismo liberal, socialismo utópico e positivismo. Para tanto, baseia-se em artigos de importantes jornais, como *Echo Popular*, *Gazeta Operária*, *Voz do Povo*, entre outros.

**RESUME:** L'article analyse des divers sens du mot 'socialisme' au Brésil, à la fin du XIX ème siècle et conclut que le socialisme a été un mouvement qui mélangé traces du progressisme liberal, du socialisme utopique et du positivisme. On a examiné les journaux *Echo Popular*, *Gazeta Operária*, *Voz do Povo* parmi d'autres.